

Seção II: Termo de Referência

CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ANÁLISE REGULATÓRIA E ESTRUTURAÇÃO DE MODELAGEM JURÍDICA EM PROJETO DE PARCERIA PARA UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Índice

| | |
|---|-----------|
| Antecedentes | 2 |
| Objetivo da Contratação | 6 |
| Descrição dos Produtos | 6 |
| Produto 1: Plano de Trabalho – Estado 1 | 6 |
| Produto 2: Plano de Trabalho – Estado 2 | 6 |
| Produto 3: Estudo de pré-viabilidade jurídica e definição de modelos jurídicos – diagnóstico e análise – Estado 1 | 7 |
| Produto 4: Estudo de pré-viabilidade jurídica e definição de modelos jurídicos – diagnóstico e análise – Estado 2 | 7 |
| Produto 5: Modelagem Jurídica e Estrutura de Garantias – Estado 1 | 7 |
| Produto 6: Modelagem Jurídica e Estrutura de Garantias – Estado 2 | 8 |
| Produto 7: Minutas de Documentos para Licitação e para Estruturação de Garantias – Estado 1 | 8 |
| Produto 8: Minutas de Documentos para Licitação e para Estruturação de Garantias – Estado 2 | 8 |
| Produto 9: Assessoria ao processo de licitação – Estado 1 | 9 |
| Produto 10: Assessoria ao processo de licitação – Estado 2 | 9 |
| Produto 11: Assessoria Jurídica | 9 |
| Produto 12: Modelo de Regulação e Gestão de Contratos – Estado 1 | 10 |
| Produto 13: Modelo de Regulação e Gestão de Contratos – Estado 2 | 12 |
| Cronograma de Entrega dos Produtos | 12 |
| Apresentação de proposta | 13 |
| Critérios de Avaliação | 14 |
| Considerações gerais | 14 |
| Método de Avaliação | 14 |
| Critérios de Avaliação | 15 |
| Pontuação da Proposta Técnica | 16 |
| Pontuação da Proposta Financeira | 18 |
| Pontuação Final | 18 |
| Pessoal do Licitante | 18 |
| Acompanhamento e Fiscalização | 19 |
| Condições de Pagamento | 19 |
| Especificações Técnicas Gerais para Realização dos Serviços e Atividades | 20 |
| Observações Finais | 20 |
| Calendário Previsto | 21 |

1 Antecedentes

O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (United Nations Office for Project Services - UNOPS), é o organismo operacional das Nações Unidas que apoia diferentes parceiros na implementação de projetos de construção da paz, de ajuda humanitária e de desenvolvimento. O UNOPS ajuda a traduzir políticas em ações.

A missão do UNOPS é servir aos necessitados, expandindo a capacidade da ONU, de Governos, organizações privadas, ONGs e de outros parceiros, na gestão de seus projetos, de maneira eficiente e sustentável; aumentando a rapidez, diminuindo os riscos, impulsionando o custo-benefício e melhorando a qualidade.

Os principais serviços do UNOPS incluem gestão sustentável de projetos, infraestrutura sustentável e aquisições sustentáveis. Nossos projetos vão desde o gerenciamento de rodovias no Sudão do Sul e a construção de abrigos no Haiti, à compra de computadores para a educação na Argentina.

A área de justiça e cidadania é um dos principais campos de trabalho do UNOPS, devido ao papel fundamental que o Estado de Direito desempenha na busca por um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O UNOPS oferece desde 2015 atividades de assistência técnica ao governo federal para o monitoramento de convênios de construção de unidades de atendimento socioeducativo, capacitação em metodologias de gestão de obras de centros socioeducativos e construção e/ou reforma de três unidades de atendimento socioeducativo. Adicionalmente, desde 2013 o UNOPS presta serviços de apoio a projetos relacionados a Parcerias Público-Privadas (PPP). O trabalho contribui para que governos possam criar projetos exequíveis e bem estruturados, alcançando a execução sustentável de serviços públicos, maximizando o apoio do setor privado no financiamento, desenvolvimento do projeto, construção e/ou operação de grandes obras de infraestrutura.

Dado a expertise acumulada nas áreas detalhadas acima, o UNOPS e o governo federal, por meio do Programa de Parcerias para o Investimento (PPI), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e da Caixa Econômica Federal, firmaram parceria para a estruturação de projetos de concessões e PPP no setor socioeducativo, nos estados de Minas Gerais e Santa Catarina.

1.1 Sobre o contexto do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)

Coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNDCA/MMFDH), o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE busca a efetiva reabilitação e reinserção do adolescente em conflito com a lei permitindo o rompimento com a trajetória infracional por meio do conhecimento, apropriação e exercício salutar dos direitos e deveres inerentes à cidadania. Para tanto, o SINASE emprega um conjunto de medidas socioeducativas, incluindo medidas de semiliberdade e de internação, com privação de liberdade.

Entretanto, muitas das edificações socioeducativas existentes estão superlotadas ou não atendem aos parâmetros estabelecidos na norma de referência do SINASE, sendo um dos principais fatores que obsta a proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Em estudo de 2019, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)¹ constatou quadros graves de superlotação e/ou grande número de pedidos de vagas de internação não atendidos (“fila de espera”). Os Planos Decenais de Atendimento Socioeducativo dos estados de Minas Gerais e Santa Catarina preveem a criação de 4.970 e 772 vagas, respectivamente, somando as modalidades de internação provisória, internação e semiliberdade.

Além da criação de novos centros de atendimento, o que permite que os jovens cumpram medidas socioeducativas em maior proximidade de suas famílias, o CNMP destaca a necessidade de reformas urgentes nas unidades mais deterioradas, aquisição de equipamentos e oferta de ações formativas para os quadros de recursos humanos. A restrição fiscal enfrentada pelos estados e pela União tem sido um entrave aos investimentos necessários.

É nesse contexto que se desenvolve a iniciativa de qualificação da política de atendimento socioeducativo por meio das parcerias público privadas. No mesmo diapasão de todas as iniciativas voltadas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, desenvolvidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, parte-se da premissa da essencialidade da erradicação do histórico e alarmante déficit de vagas para o cumprimento de medidas com privação de liberdade no Brasil, o que inviabiliza a efetivação das diretrizes que norteiam este tipo de atendimento, comprometendo de forma cabal o objetivo primordial da aplicação da medida socioeducativa, qual seja, o rompimento da trajetória infracional do adolescente.

Faz parte da estratégia do governo brasileiro para suprir as lacunas no setor de atendimento socioeducativo a ampliação do uso de concessões e PPP para aumentar a eficiência e qualidade do atendimento e viabilizar o financiamento dos investimentos necessários.

A estratégia de atuação do FEP CAIXA prevê a implementação de projetos piloto de parcerias de investimento em áreas onde não há esta prática consolidada no Brasil. Desta forma,, pretende-se desenvolver um modelo replicável de atuação para multiplicar as iniciativas e escalar os benefícios na política pública escolhida, mediante parcerias com o setor privado.

Para tanto, tem sido comum e essencial a realização de acordos de cooperação com organismos multilaterais e agências da Organização das Nações Unidas com a intenção de assimilar os ensinamentos das experiências internacionais e adequá-los à realidade brasileira, desenvolvendo um modelo de referência que possa ser estendido a outros estados do país. Neste contexto, a transferência de conhecimentos e a capacitação em processo dos empregados da Caixa e dos técnicos dos governos estaduais adquire relevância singular e compõem parte importante do projeto.

1.2 Escopo da parceria entre UNOPS, Caixa e o Governo Federal

Por meio de parceria entre PPI, MMFDH e Caixa, o UNOPS implementará um projeto que visa a estruturação de projetos de parceria para implantação e operação de centros socioeducativos, executado em dois projetos piloto nos estados de Minas Gerais e Santa Catarina.

O projeto UNOPS possui o seguinte escopo de atividades:

¹ https://cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/LIVRO_PROGRAMAS_SOCIOEDUCATIVOS_WEB.pdf

Resultado 1: Diagnóstico e benchmarking sobre modelos de implantação e operação de unidades socioeducativas

O Resultado 1 consiste em mapear a nível mundial e local as diversas experiências de planejamento e implementação de políticas de atendimento socioeducativo e de PPPs na área (ou em áreas correlatas), de modo identificar boas práticas e construir uma base analítica para se avançar na proposição de alguns modelos de parcerias para implantação de centros socioeducativos nos Resultado 2 e 3. No intuito de capturar as especificidades e características locais de cada um dos estados, todas as atividades, entregas e discussões no âmbito do presente Resultado serão planejadas e executadas em estreita coordenação com as equipes do Sistema Socioeducativo dos estados de Minas Gerais e de Santa Catarina. Nesse sentido, serão considerados os marcos normativos nacionais e de cada estados aplicáveis sobre o sistema de atendimento socioeducativo no Resultado 2 e 3.

- Benchmarking internacional para mapear experiências exitosas de PPPs em sistemas socioeducativos no mundo: Consiste na identificação, mapeamento e registro de experiências exitosas de PPPs, a nível global e local, que possam servir de exemplos e balizadores em termos de boas práticas para a parceria em centros socioeducativos em Minas Gerais e Santa Catarina. O Produto será entregue em um workshop (presencial ou à distância) a ser realizado com todos os envolvidos diretamente no projeto.
- Relatório e análise do benchmarking internacional à luz das políticas e práticas do sistema socioeducativo brasileiro (sinergias e formas de implementação): Consiste na identificação, mapeamento e análise de experiências exitosas, a nível global e local, que possam servir de exemplos e balizadores em termos de boas práticas para a revisão e aprimoramento da política de atendimento socioeducativo no Brasil, especificamente, em Minas Gerais e Santa Catarina. O Produto será entregue em um workshop (presencial ou à distância) a ser realizado com todos os envolvidos diretamente no projeto. Serão entregues duas versões do presente Produto, cada uma focada em perspectivas e características locais de cada estado.
- Mapeamento de dados relevantes sobre o sistema socioeducativo brasileiro (para alimentar as decisões de novo modelo): Consiste no mapeamento analítico do estado de situação do sistema socioeducativo brasileiro, que possam servir de exemplos e balizadores em termos de boas práticas para a revisão e aprimoramento da política de atendimento socioeducativo no Brasil, especificamente em Minas Gerais e Santa Catarina. Para o presente Produto, serão levantados os dados, qualitativos e quantitativos, disponíveis (produzidos) pelos estados e o governo federal sobre o tema (ex.: demanda/ déficit, dados de reincidência, qualidade da infraestrutura, entre outros). O Produto será entregue em um workshop (presencial ou à distância) a ser realizado com todos os envolvidos diretamente no projeto.

Resultados 2 e 3: Modelagem de parcerias piloto para centro socioeducativo elaborada em conjunto com a equipe do estado de Minas Gerais/ Santa Catarina

Os Resultados 2 e 3 têm como objetivo o desenvolvimento de todos os passos de uma modelagem/ estruturação de um projeto de parceria para centro socioeducativo em MG/SC, passando pela etapa de preparação e licitação, e culminando com a assinatura do contrato. Além disso, de modo a preparar o estado para a fase de gestão do contrato e acompanhamento da política, se prevê o desenvolvimento de modelo de gestão de contratos, assim como metodologia para avaliação da política pública de atendimento socioeducativo. Por fim, todo o Resultado será acompanhado por uma estratégia de comunicação, promoção, articulação e *advocacy*.

A seguir, o detalhamento dos Produtos a serem elaborados pelo UNOPS:

- Estudo de pré-viabilidade para parceria: Consiste no desenvolvimento de cenários de modelos de implantação e operação de parcerias para centro socioeducativo, que incluirá a elaboração de modelo de negócio e matriz de responsabilidades preliminares para parceria e estudo de pré-viabilidade fiscal e econômico-financeiro. Os cenários desenvolvidos serão apresentados aos tomadores de decisão e será realizado um workshop para definição do cenário a ser detalhado para a modelagem completa e licitação.
- Estudos técnicos de engenharia e operação: Consiste no detalhamento da solução técnica de engenharia e seus respectivos custos (anteprojeto com elementos de projeto básico de engenharia), além do desenvolvimento de um estudo de operação elencando os serviços de operação e manutenção envolvidos, seus respectivos custos e divisão de riscos e responsabilidades entre parceiro privado e público. Envolve também a avaliação dos aspectos sociais e ambientais que podem impactar o projeto, assim como as respectivas exigências normativas, de modo a elaborar as diretrizes socioambientais de obra e operação. Adicionalmente, será desenvolvido um plano de inclusão de gênero e diversidade, buscando identificar diferentes prioridades/necessidades de mulheres e homens no contexto do projeto ou processo. Todos esses estudos informarão o desenvolvimento dos parâmetros de infraestrutura e prestação de serviços no caderno de encargos.
- Plano de negócios: Consiste na construção do Plano de Negócios detalhado do projeto de parceria com a iniciativa privada, assim como das diretrizes de investimentos. Por fim, será elaborado estudo de viabilidade econômico-financeira.
- Estudo de modelo jurídico: Contempla o estudo de viabilidade jurídica aprofundado, com a proposição de minutas de Edital, Contrato, anexos e outros documentos necessários para licitações do projeto de parceria entre a iniciativa privada e o setor público.
- Assistência técnica no processo de licitação (relatórios trimestrais de execução): Consiste no apoio técnico especializado e acompanhamento de todo processo de licitação do projeto até a assinatura do contrato. Nesse sentido, os especialistas do UNOPS que irão elaborar a minuta do edital e do contrato, acompanharão os responsáveis por executar o procedimento licitatório, aportando assistência de caráter técnico-administrativa durante as etapas consulta e audiência pública, interação com licitantes (apoio a técnico para respostas a perguntas e solicitações de esclarecimentos), interação com órgãos de controle (apoio a técnico para respostas a perguntas e solicitações de esclarecimentos), processo de avaliação de ofertas. Além disso, está prevista capacitação aos servidores que estarão envolvidos no processo de licitação.
- Modelo de gestão de contratos: Consiste no desenvolvimento de modelo de gestão de contrato para guiar o Estado no monitoramento e avaliação do contrato de parceria de centro socioeducativo, envolvendo a elaboração de manual, bem como processo de treinamento dos servidores que serão responsáveis por essa atividade.
- Metodologia para avaliação de impacto da política pública: Consiste no desenvolvimento de metodologia para guiar o Estado na avaliação de impacto da parceria na política pública de atendimento socioeducativo, envolvendo a elaboração de um manual orientativo.

Resultado 4: Gestão e monitoramento da implementação do projeto realizados

O Resultado contempla todas as atividades de gestão e monitoramento do projeto, desde seu planejamento inicial, passando pelos relatórios intermediários de seguimento e, por fim, chegando ao relatório final de execução do projeto e compilação de lições aprendidas.

2 Objetivo da Contratação

O UNOPS por meio do presente procedimento, busca contratar serviços de consultoria especializada para:

- Elaboração de estudos para modelagem jurídica para o projeto que se implementará a partir da parceria entre UNOPS e Governo Federal;
- Desenvolvimento de modelo de regulação e gestão de contratos para parceria de implantação e operação de centro socioeducativo; e
- Consultoria e acompanhamento técnico-jurídico para tomada de decisão durante a estruturação do projeto.

Com a contratação dos referidos serviços, espera-se viabilizar todos os estudos necessários para a modelagem e licitação exitosa de projetos de parceria nos estados brasileiros de Minas Gerais e Santa Catarina. Para os fins desta contratação, considerar:

- Estado 1: Minas Gerais;
- Estado 2: Santa Catarina.

3 Descrição dos Produtos

A seguir, a descrição detalhada dos Produtos a serem entregues pela CONTRATADA:

3.1 Produto 1: Plano de Trabalho – Estado 1

Consiste na elaboração de Plano de Trabalho detalhado, contendo descrição das etapas de trabalho, com suas respectivas atividades, para desenvolvimento dos Produtos requisitados no presente Termo de Referência. Contempla as seguintes atividades:

- A. Elaboração do Plano de Trabalho do Estado 1.

O Produto 1 deverá ser entregue em forma relatório escrito, devendo ser descritos os insumos de informação necessários para consecução dos trabalhos e um cronograma detalhado de atividades.

3.2 Produto 2: Plano de Trabalho – Estado 2

Produto equivalente ao Produto 1, mas referindo-se ao Estado 2.

3.3 Produto 3: Estudo de pré-viabilidade jurídica e definição de modelos jurídicos – diagnóstico e análise – Estado 1

O Produto 3 consiste na elaboração de diagnóstico de mapeamento do panorama regulatório e normativo e, à luz desse panorama, definição de possíveis modelos jurídicos a serem adotados para estruturação do projeto, bem como matriz preliminar de riscos e responsabilidades. Nesse sentido, contempla as seguintes atividades:

- A. Mapeamento do arcabouço regulatório (legal e infralegal) e institucional aplicável ao projeto, em âmbito federal, estadual e municipal, incluindo jurisprudência relativa ao tema, indicação de licenças, autorizações e permissões necessárias, aspectos urbanísticos e edílios, aspectos tributários específicos, órgãos e instâncias envolvidas e outros aspectos jurídico-institucionais que possam vir a ter impacto no projeto;
- B. Prospecção de possíveis fontes orçamentárias de custeio de eventual contraprestação;
- C. Análise de pré-viabilidade jurídica à luz do arcabouço mapeado, bem como definição de possíveis modelos jurídicos a serem adotados para estruturação do projeto, indicando ainda as implicações de cada formação jurídica na definição do respectivo modelo de negócios;
- D. Definição de matriz preliminar de riscos e responsabilidades da parceria, elencando potenciais riscos e responsabilidades envolvidos e indicando a parte mais apta para assumi-los;
- E. Suporte técnico à equipe UNOPS em temas atinentes ao presente produto, incluindo a participação em reuniões para discussão e deliberação.

O Produto 3 deverá ser entregue em forma relatório escrito – com textos, tabelas e outros instrumentos necessários – contendo a descrição/detalhamento do diagnóstico, além das análises realizadas. Acompanhará o relatório uma apresentação (sumário executivo), com resumo dos principais pontos.

3.4 Produto 4: Estudo de pré-viabilidade jurídica e definição de modelos jurídicos – diagnóstico e análise – Estado 2

Produto equivalente ao Produto 3, mas referindo-se ao Estado 2.

3.5 Produto 5: Modelagem Jurídica e Estrutura de Garantias – Estado 1

O Produto 5 englobará todas as atividades necessárias para a modelagem jurídica final da parceria, bem como elaboração das estruturas de garantias necessárias à viabilização do projeto. A estratégia deverá conter todos os elementos necessários para viabilizar a estruturação completa dos aspectos jurídicos da parceria, levando em conta:

- A. Definição de forma de contratação e objeto da contratação, indicando e considerando implicações para o modelo de negócios da parceria;
- B. Definição de matriz de repartição de responsabilidades e riscos, que contenha: (i) as categorias consideradas (responsabilidades e riscos jurídicos, políticos, de engenharia, operacionais, entre outras), (ii) para riscos, a descrição dos eventos que caracterizam a materialização de cada risco apontado, (iii) a alocação entre as partes, (iv) os mecanismos de mitigação aplicáveis e (v) a fundamentação a respeito da alocação sugerida;
- C. Elaboração de matriz de decisões contendo principais decisões a serem tomadas no âmbito do projeto, considerando aspectos jurídicos específicos e jurisprudências relevantes, com sugestão de

decisão a ser adotada, acompanhada de respectiva fundamentação técnica. Deverão ser abordados, entre outros, os aspectos:

- a. Necessidades de alteração de atos normativos;
 - b. Proposta de desenho da licitação;
 - c. Critério de julgamento da licitação;
 - d. Habilitação técnica, jurídica e econômico-financeira;
 - e. Prazo do contrato;
 - f. Metodologia para cálculo de garantias;
 - g. Aspectos do sistema de mensuração de desempenho; e
 - h. Aspectos atinentes ao verificador independente.
- D. Elaboração da estrutura de garantia a ser prestada pelo poder público, conforme aplicável, que seja específica ao recorte temático do projeto e que seja acompanhada de análise fundamentada de viabilidade relacionada às finalidades do projeto;
- E. Elaboração de minutas de alteração de instrumentos legais e infralegais que se façam necessários à viabilização do projeto;
- F. Suporte técnico à equipe UNOPS em temas atinentes ao presente produto, incluindo a participação em reuniões para discussão e deliberação.

O Produto 5 deverá ser entregue em forma de relatório escrito – com textos, tabelas e outros instrumentos e ferramentas necessários – contendo as análises realizadas. Acompanhará o relatório uma apresentação (sumário executivo), com resumo dos principais pontos.

3.6 Produto 6: Modelagem Jurídica e Estrutura de Garantias – Estado 2

Produto equivalente ao Produto 5, mas referindo-se ao Estado 2.

3.7 Produto 7: Minutas de Documentos para Licitação e para Estruturação de Garantias – Estado 1

O Produto 7 consiste na elaboração de minutas de documentos a serem utilizados para licitação do projeto, incluindo edital, contrato e anexos, bem como minutas de documentos para viabilização da estrutura de garantias a ser adotada pelos estados, e eventuais minutas de documentos adicionais que se façam necessários à viabilização da parceria. Nesse sentido, contempla as seguintes atividades:

- A. Elaboração de minutas de documentos a serem utilizados para licitação do projeto, incluindo edital, contrato e anexos, com fundamentação de elemento-chave presentes nas minutas dos instrumentos;
- B. Elaboração de minutas de documentos a serem utilizados para viabilização da estrutura de garantias, com fundamentação de elemento-chave presentes nas minutas dos instrumentos; e
- C. Elaboração de minutas de documentos adicionais que se façam necessários à viabilização da parceria;
- D. Suporte técnico à equipe UNOPS em temas atinentes ao presente produto, incluindo a participação em reuniões para discussão e deliberação.

O Produto 7 deverá ser entregue em forma relatório escrito – contendo uma compilação das minutas listadas. Acompanhará o relatório uma apresentação (sumário executivo) que resume os principais elementos das minutas.

3.8 Produto 8: Minutas de Documentos para Licitação e para Estruturação de Garantias – Estado 2

Produto equivalente ao Produto 7, mas referindo-se ao Estado 2.

3.9 Produto 9: Assessoria ao processo de licitação – Estado 1

O Produto 9 consiste na prestação de serviços de consultoria técnica em aspectos licitatórios e contempla os seguintes Subprodutos:

3.9.1 Subproduto 9.1: Assessoria técnica e suporte ao processo licitatório.

Consiste na assessoria técnica nos aspectos que envolvem o processo licitatório, incluindo o período que precede a licitação (consulta e audiência pública) e durante as fases que seguem a licitação, até 45 dias após a assinatura do contrato de parceria. Nesse sentido, contempla as seguintes atividades:

- A. Análise de questionamentos e contribuições advindos de consulta e audiência(s) pública(s), bem como elaboração de minutas e versões preliminares de respostas e esclarecimentos;
- B. Análise de questionamentos e contribuições advindas de órgãos de controle, bem como elaboração de minutas e versões preliminares de respostas e esclarecimentos;
- C. Revisão de minutas de documentos editalícios, considerando os ajustes que decorram de contribuições decorrentes de consulta e audiência públicas e/ou de apontamentos de órgãos de controle;
- D. Revisão de minutas de documentos editalícios em caso de insucesso na licitação, a fim de contemplar ajustes com vistas à viabilização do projeto;
- E. Acompanhamento do processo de licitação e fornecimento de subsídios técnicos à comissão de licitação até o período que sucede a assinatura do contrato, inclusive em caso de questionamentos de entes ou impugnações/ações diversas contra o processo licitatório.

O Subproduto 9.1 deverá ser entregue em forma de relatórios mensais, cujo início dar-se-á quando do recebimento das contribuições advindas da consulta pública, tendo duração total estimada em seis meses.

3.9.2 Subproduto 9.2: Capacitação

Consiste na realização de capacitação com duração mínima de 8 horas de modo a instruir e treinar os servidores públicos que estarão envolvidos no processo de licitação. Deverá ser realizada a seguinte atividade:

- A. Planejamento e realização de capacitação aos servidores, consistindo em treinamento preferencialmente presencial, de 8 (oito) horas para até 20 (vinte) pessoas;

O Subproduto 9.2 deverá ser entregue em forma relatório escrito, contendo em detalhes o planejamento e estruturação do treinamento, incluindo ementa e material didático, bem como a realização do treinamento em si.

3.10 Produto 10: Assessoria ao processo de licitação – Estado 2

Produto equivalente ao Produto 9, mas referindo-se ao Estado 2.

3.11 Produto 11: Assessoria Jurídica

O Produto 11 consiste na prestação de serviços continuados de assessoria e acompanhamento técnico-jurídico, sob demanda do UNOPS e sempre que necessário, podendo ocorrer dentro do período que se inicia com a aprovação do Plano de Trabalho, até 45 dias após a assinatura do contrato de parceria. Nesse sentido, contempla as seguintes atividades:

- A. Suporte direto à equipe UNOPS, no qual a empresa deverá apoiar tecnicamente o UNOPS quando necessário, inclusive em reuniões técnicas e/ou de tomadas de decisão envolvendo quaisquer outros temas jurídico-regulatório ou institucionais adicionais àqueles descritos nos demais produtos dispostos neste documento, inclusive em reuniões com órgãos de controle, assim como responder a eventuais questionamentos;
- B. Suporte à elaboração da estratégia de articulação e advocacy para o projeto, por meio da indicação de aspectos jurídicos relevantes pertinentes ao tema e participação em reuniões técnicas e/ou de tomada de decisão;
- C. Participação em reuniões técnicas com potenciais investidores e interessados, com o objetivo de prestar informações adicionais àquelas contidas nos editais;
- D. Suporte direto à equipe UNOPS, no qual a empresa deverá apoiar tecnicamente o UNOPS quando necessário, inclusive perante questionamentos do parceiro, envolvendo quaisquer outros temas jurídico-regulatório ou institucionais adicionais àqueles descritos nos demais produtos dispostos neste documento.

O Produto 11 deverá ser entregue em forma de relatório específico contendo descrição das atividades de assessoria realizadas, sempre que se fizer necessário. O relatório deverá descrever as atividades realizadas e o número de diárias utilizadas, tendo sido estimado um total de 60 diárias ao longo de todo o período da contratação.

Poderá envolver atividades de assessoria referentes a qualquer um dos dois estados beneficiados, ou a ambos simultaneamente.

3.12 Produto 12: Modelo de Regulação e Gestão de Contratos – Estado 1

O Produto 12 consiste no desenvolvimento de modelo de gestão de contrato para guiar os estados no monitoramento e avaliação das parcerias, envolvendo a elaboração de manual e também processo de treinamento dos servidores que serão responsáveis por essa atividade. Consiste nos seguintes Subprodutos:

3.12.1 Subproduto 12.1: Diagnóstico e levantamento da situação atual da Gestão de Contratos de Parcerias e da gestão de Centros Socioeducativos

Consiste em relatório analítico, baseado na análise do marco normativo local e federal, entrevistas com atores chave, e outras fontes de dados pertinentes, que tem como objetivo:

- A. Mapear normativas, papéis, capacidades e responsabilidades atuais do quadro do Estado e do Governo Federal com relação a gestão de contratos de parcerias; e
- B. Mapear normativas, papéis, capacidades e responsabilidades atuais do quadro do Estado e do Governo Federal com relação a gestão de centros socioeducativos.

O Subproduto 12.1 deverá ser entregue em forma relatório escrito – com textos, tabelas e outros instrumentos e ferramentas necessários – contendo os mapeamentos realizados. Acompanhará o relatório uma apresentação (sumário executivo), com resumo dos principais pontos.

3.12.2 Subproduto 12.2: Relatório de análise de necessidades para Gestão de Contrato

Consiste na elaboração de relatório analítico contendo o detalhamento das necessidades em termos de capacidade, expertise técnica, infraestrutura e recursos para a gestão de contratos de parcerias em centro de atendimento socioeducativo, tendo como foco o contrato de parceria em licitação a ser assinado pelo Estado. O referido produto deverá versar minimamente sobre os seguintes temas:

- C. Aspectos jurídicos;
- D. Aspectos técnico-operacionais (fluxos para realização de intervenções de infraestrutura, aprovação de planos e projetos, atividades relativas aos encargos operacionais da concessionária);
- E. Aspectos econômico-financeiros (prestação de contas, elaboração de modelo econômico-financeiro a partir de melhores informações disponíveis, pagamento de outorga, etc.);
- F. Processos de gestão do contrato (Sistema de Mensuração Desempenho, multas, reequilíbrio econômico-financeiro, comunicações, etc);
- G. Outros que se entender necessários.

O Subproduto 12.2 deverá ser elaborado em colaboração com a equipe do UNOPS, que se responsabilizará pelo aporte de conhecimento técnico-operacional (infraestrutura e socioeducação). Deverá ser entregue em forma relatório escrito – com textos, tabelas e outros instrumentos e ferramentas necessários – contendo as análises realizadas. Acompanhará o relatório uma apresentação (sumário executivo), com resumo dos principais pontos.

3.12.3 Subproduto 12.3: Modelo de Regulação e Gestão de Contrato

Consiste no desenvolvimento de relatório analítico que contenha a proposição de modelo de regulação e gestão de contrato a ser adotado para a gestão de contratos de parcerias em centros socioeducativos, levando-se em consideração os Subprodutos anteriores.

A elaboração do modelo de regulação deverá considerar a perspectiva futura de rápida e crescente adoção de modelo de parceria para implantação e operação de centros socioeducativos em amplitude nacional, o sistema de garantia e defesa de direitos da criança e adolescente, e finalmente, as políticas e diretrizes normativas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Nesse sentido, avaliar a viabilidade e oportunidade de criação de um sistema ou padrão nacional de regulação para esse tipo de contrato, permitindo maior controle, transparência

A elaboração do modelo de gestão em tela deverá adotar como premissa a menor necessidade de contratação de elementos externos, de modo que deva priorizar: (i) a utilização de recursos da pasta competente pela gestão do contrato, (ii) remanejamentos entre pastas do Estado e por fim, (iii) contratação externa.

O relatório englobará os seguintes subprodutos:

- A. Proposta de modelo de regulação, contendo, se for o caso, minutas de documentos para criação/ alteração de normativas, definição de papéis e responsabilidades bem como de capacidades técnicas necessárias;
- B. Modelo de gestão de contratos:
 - i. Proposta de organização institucional, contendo já as sugestões de alteração de marco legal, definição de papéis e responsabilidades bem como de capacidades técnicas a serem desenvolvidas;
 - ii. Definição e proposição de perfis técnico-profissionais necessários e a necessidade de contratação/ remanejamento interno no estado, incluindo documentos que se façam

- necessários à gestão da parceria (como minutas para contratação de verificador independente, entre outros) ;
- iii. Definição e detalhamento dos processos de gestão dos contratos.

O Subproduto 12.3 deverá ser entregue em forma relatório escrito – com textos, tabelas e outros instrumentos e ferramentas necessários – contendo os modelos de regulação e gestão de contratos, e eventuais minutas de peças regulatórias e demais documentos legais necessários. Acompanhará o relatório uma apresentação (sumário executivo), com resumo dos principais pontos.

3.12.4 Subproduto 12.4: Manual de Gestão de Contrato

Consiste em manual técnico detalhado, elaborado a partir das informações desenvolvidas nos Subprodutos anteriores, a ser utilizado como guia para gestão do contrato de parceria para implantação e operação do centro socioeducativo no Estado. O referido manual deverá conter, minimamente:

- C. Definição e detalhamento da estrutura organizacional e de processos para gestão do contrato bem como as atividades atribuídas aos atores envolvidos;
- D. Guia com orientações detalhadas para gerenciar o contrato e levar a cabo os processos necessários de monitoramento e avaliação;
- E. Checklists, modelos de documentos e demais ferramentas e padrões necessários para gestão do contrato com suas respectivas instruções de uso.

O Subproduto 12.4 deverá ser elaborado em colaboração com a equipe do UNOPS, que se responsabilizará pelo aporte de conhecimento técnico-operacional (infraestrutura e socioeducação). Deverá ser entregue em forma manual escrito – com textos, tabelas e outros instrumentos e ferramentas necessários – contendo as orientações necessárias. Acompanhará o manual uma apresentação (sumário executivo), com resumo dos principais pontos.

3.12.5 Subproduto 12.5: Capacitação

Consiste na realização de capacitação com duração mínima de 16hs de modo a instruir e treinar os servidores públicos envolvidos para implementação dos modelos de regulação e gestão de contratos proposto no âmbito do presente no Subproduto 12.3 e no uso do manual proposto no âmbito do Subproduto 12.4.

Além da realização da capacitação, o Subproduto 12.5 deverá ser entregue em forma relatório contendo em detalhes o planejamento e estruturação do treinamento, incluindo ementa e material didático, bem como a realização do treinamento em si, acompanhada de registro da mesma (data, agenda, participantes, apresentações e dinâmicas realizadas, etc).

3.13 Produto 13: Modelo de Regulação e Gestão de Contratos – Estado 2

Produto equivalente ao Produto 12, mas referindo-se ao Estado 2.

4 Cronograma de Entrega dos Produtos

O contrato terá duração de 18 meses a partir da assinatura do contrato para o desenvolvimento de seus serviços, obedecendo as entregas por etapa e seguindo a metodologia apresentada, prevendo como data inicial a ordem de início dos serviços, dada pelo UNOPS após assinatura do contrato. Quanto ao detalhamento dos prazos para cada produto, este é proposto da seguinte forma:

| Produto | Descrição | Prazo |
|---------|--|--|
| | | Máximo* |
| 1 | Plano de trabalho – Estado 1 | 10 dias |
| 2 | Plano de trabalho – Estado 2 | 10 dias |
| 3 | Estudo de pré-viabilidade jurídica e definição de modelos jurídicos – diagnóstico e análise – Estado 1 | 20 dias |
| 4 | Estudo de pré-viabilidade jurídica e definição de modelos jurídicos – diagnóstico e análise – Estado 2 | 20 dias |
| 5 | Modelagem Jurídica e Estrutura de Garantias – Estado 1 | 30 dias |
| 6 | Modelagem Jurídica e Estrutura de Garantias – Estado 2 | 30 dias |
| 7 | Minutas de Documentos para Licitação e para Estruturação de Garantias – Estado 1 | 30 dias |
| 8 | Minutas de Documentos para Licitação e para Estruturação de Garantias – Estado 2 | 30 dias |
| 9 | Assessoria ao processo de licitação – Estado 1 | 180 dias |
| 10 | Assessoria ao processo de licitação – Estado 2 | 180 dias |
| 11 | Assessoria Jurídica | 60 diárias ao longo de todo contrato** |
| 12 | Modelo de Regulação e Gestão de Contratos – Estado 1 | 60 dias |
| 13 | Modelo de Regulação e Gestão de Contratos – Estado 2 | 60 dias |

*O início dos Produtos 3 a 13 está condicionado às aprovações dos Produtos anteriores e efetivação de definições necessárias.

**O Produto 11 será realizado à medida que surgirem demandas de assessoria jurídica, por diária, tendo sido estimado um total de 60 diárias.

Na definição da estimativa de 18 meses levou-se em conta o tempo necessário ao desenvolvimento dos produtos pela CONTRATADA, como também das revisões a serem realizadas pelo UNOPS e seus parceiros.

Os referidos prazos máximos, incluído o prazo de 18 meses, poderão sofrer alteração a depender de fatores e processos internos inerentes ao desenvolvimento do projeto, ou se acordado conjuntamente com a CONTRATADA.

5 Apresentação de proposta

A proposta deverá ser enviada através do sistema online eSourcing e deverá compreender todos os formulários apresentados no documento 'Seção III: Formulários da Proposta', os quais devem ser preenchidos e apresentados pelos licitantes, e também qualquer outro documento ou informação solicitada no presente edital.

Caso o licitante não disponha de todos os conhecimentos técnicos necessários para a prestação dos serviços solicitados, o licitante poderá apresentar proposta em conjunto com outras entidades. As informações sobre os membros de uma operação conjunta deverão constar do Formulário A. No caso de operação conjunta, consórcio ou associação a avaliação dos critérios formais e de elegibilidade serão aplicados para cada parceiro da operação conjunta e dos critérios de qualificação e técnicos serão aplicados ao conjunto dos membros da operação conjunta.

Caso os licitantes entendam ser necessário para a adequada realização do escopo dos serviços, estes poderão indicar atividade complementar ao indicado neste Termo de Referência, acompanhado do seu respectivo preço, na tabela 2 do Formulário C.

A proposta financeira deverá incluir todos os custos, de forma detalhada, relativos ao desenvolvimento dos trabalhos e produtos, bem como deslocamentos, hospedagens e alimentação. Os preços deverão ser apresentados detalhados para cada Produto estabelecido no presente Termo de Referência e informados no Formulário C.

As interações com a equipe técnica do UNOPS serão realizadas majoritariamente de maneira remota (por meio de recursos digitais). Contudo, estima-se a necessidade das seguintes reuniões presenciais:

- A. Duas (02) viagens a Brasília, com duração aproximada de dois dias cada uma;
- B. Seis (06) viagens aos Estados de MG e SC (três para cada um), com duração aproximada de dois dias cada uma.

A realização de viagens deverá ser previamente definida e acordada com o UNOPS, antes de sua realização. Posteriormente, deverá ser emitido relatório contendo de forma resumida o objetivo, as atividades executadas, e período da viagem.

Eventuais deslocamentos adicionais para reuniões presenciais poderão ser necessários e, caso isso ocorra, o custo será aditivado ao contrato com base no valor proposto no Formulário C e estipulado em contrato.

6 Critérios de Avaliação

6.1 Considerações gerais

A avaliação deste processo será feita com base nas propostas de técnica e preço, enviadas pelos licitantes. As diretrizes da avaliação estão descritas nos artigos 29 e 30 do documento Seção I - Instruções aos Licitantes.

6.2 Método de Avaliação

A avaliação dar-se-á por meio de três etapas consecutivas:

1. Atendimento aos critérios de elegibilidade e qualificação;
2. Avaliação da Proposta Técnica; e
3. Avaliação da Proposta Financeira.

Após a abertura das propostas no sistema UNOPS eSourcing, a equipe de avaliação procederá a uma apreciação preliminar das propostas para confirmar o recebimento e a conformidade de cada documento apresentado. A avaliação preliminar das propostas verificará o cumprimento dos critérios de elegibilidade e qualificação e serão avaliadas como “cumpre” ou “não cumre”, possuindo caráter eliminatório. Somente licitantes que satisfaçam a todos os critérios de elegibilidade e qualificação serão considerados qualificados e continuarão a ser avaliados.

A segunda etapa é a avaliação da Proposta Técnica, de caráter classificatório e eliminatório. A cada Proposta Técnica, será atribuída uma pontuação técnica, conforme estipulado na continuação deste documento. A quantidade máxima de pontos que pode obter um licitante pela Proposta Técnica é de cem (100) pontos e é necessário que a Proposta Técnica obtenha no mínimo cinquenta (50) pontos para que se classifique. A proposta técnica não poderá zerar a pontuação de nenhum dos profissionais indicados para compor a equipe

de profissionais, sendo obrigatório apresentar como pontuação mínima os valores específicos indicados para cada função ou atividade solicitada. Cada posto deverá ser ocupado por profissionais distintos, sob pena de obtenção de nota zero naquele que for preenchido com profissional repetido. Com relação à pontuação que se dará à apresentação de metodologia e plano de trabalho, esta não poderá ser inferior à 12,5 pontos, sob pena de desclassificação.

A terceira etapa é a avaliação da Proposta Financeira, de caráter classificatório, e será avaliada e pontuada com base no menor valor apresentado para execução dos serviços. As Propostas Financeiras somente serão abertas após a conclusão de todas as avaliações das Propostas Técnicas.

6.3 Critérios de Avaliação

| Critérios Formais e de Elegibilidade | Checklist |
|--|--|
| O licitante é elegível segundo os critérios apresentados no Artigo 4 da Seção I - Instruções aos licitantes. | <ul style="list-style-type: none"> Formulário B: Apresentação de Proposta Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial |
| O licitante aceita as Condições Gerais do Contrato UNOPS | <ul style="list-style-type: none"> Formulário B: Apresentação de Proposta |

| Critérios de Qualificação | Checklist |
|-----------------------------------|---|
| Integralidade da proposta. | Todos os documentos estão completos, o questionário 'DRiVE' foi respondido e os esclarecimentos solicitados foram fornecidos. |
| Licitante possui atuação nacional | Comprovante de Inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -CNPJ. |
| Regularidade jurídica | Contrato Social, Ato Constitutivo, Estatuto Social ou Registro comercial (no caso de empresa individual) em vigor com todos os aditivos já realizados até a data de apresentação das propostas. |

| Critérios Técnicos | Checklist |
|--------------------|-----------|
|--------------------|-----------|

| | |
|--|---|
| <p>1. Capacidade Técnica dos Profissionais: Indicação de Equipe integrante do quadro técnico do licitante. Cada integrante de equipe se responsabilizará pela execução dos serviços de sua área de atuação, devendo ser definido apenas um profissional para cada posto. Cada posto deverá ser ocupado por profissionais distintos, sob pena de obtenção de nota zero naquele que for preenchido com profissional repetido. Todos os profissionais indicados deverão ter vínculo profissional vigente com a licitante, ou, alternativamente, deverá ser apresentado documento atestando compromisso de vínculo futuro em caso de sucesso na licitação. (mín. 32 e máx. 60 pontos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Formulário D: Proposta Técnica ● Formulário E: Currículo de Profissional Proposto para a Equipe Técnica. ● Atestados de capacidade técnica ou certidões de acervo técnico referentes a trabalhos anteriores. ● Comprovação de vínculo trabalhista: Cópia das carteiras de trabalho, fichas de registros de empregado, contrato social quando em condição de sócio, declaração de contratação futura do profissional com anuência deste e/ou contrato de prestação de serviços sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum. ● Certidão de Registro na OAB: Os profissionais advogados indicados deverão ter registro vigente na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). |
| <p>2. Representatividade de Gênero: Em respeito à política de igualdade de gênero adotada pelo UNOPS e promovida pela ONU, será atribuída pontuação para cada integrante do gênero feminino que compõem a Equipe Técnica proposta. (mín. 0 e máx. 15 pontos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Formulário D: Proposta Técnica |
| <p>3. Metodologia e Plano de Trabalho (mín. 12,5 e máx. 25 pontos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Formulário D: Proposta Técnica com a apresentação de documento contendo a definição da metodologia e plano de trabalho para realização dos estudos solicitados no âmbito desta licitação – qual seja, a elaboração de análise regulatória e estruturação de modelagem jurídica de parcerias para centros socioeducativos em dois estados brasileiros. |

6.4 Pontuação da Proposta Técnica

| Pontuação: 1. Capacidade Técnica dos Profissionais da Equipe Técnica | | |
|--|-----------------------|-----------|
| Função | Tempo de Experiência | Pontuação |
| <p>1. Coordenador/a Geral (mín. 10 e máx. 20 pontos)</p> <p>Indicação de um/a advogado/a com experiência mínima de 7 anos, devidamente comprovada, em atividades de coordenação de serviços de modelagem de concessões ou parcerias público-privadas</p> | Mais de 10 anos | 20 |
| | Mais de 7 até 10 anos | 15 |
| | 7 anos | 10 |

| | | |
|--|----------------------------------|------------------|
| 2. Especialista Jurídico-Regulatório em parcerias (mín. 7 e máx. 12 pontos) Indicação de um/a advogado/a com experiência mínima de 3 anos devidamente comprovada em modelagem jurídica de concessões e/ou parcerias público-privadas | Mais de 6 anos | 12 |
| | Mais de 3 até 6 anos | 9 |
| | 3 anos | 7 |
| 3. Especialista em parcerias em Infraestrutura Social (mín. 7 e máx. 12 pontos) Indicação de um/a advogado/a com experiência mínima de 3 anos ou em 3 projetos, devidamente comprovada, em parcerias envolvendo entes público e privado em setores de infraestrutura social (atendimento socioeducativo, saúde, educação, penitenciário, assistência social, ou similares). | Mais de 6 anos ou projetos | 12 |
| | Mais de 3 até 6 anos ou projetos | 9 |
| | 3 anos ou projetos | 7 |
| 4. Especialista em gestão pública (mín. 4 e máx. 8 pontos) Indicação de um/a técnico/a , com experiência mínima de 5 anos, devidamente comprovada, em gestão de projetos no setor público. | Mais de 7 anos | 8 |
| | Mais de 5 até 7 anos | 6 |
| | 5 anos | 4 |
| 5. Especialista em gestão de contratos de parceria (mín. 4 e máx. 8 pontos) Indicação de um/a advogado/a , com experiência mínima de 3 anos, devidamente comprovada, em gestão de contratos de parcerias público-privadas e/ou concessões. | Mais de 5 anos | 8 |
| | Mais de 3 até 5 anos | 6 |
| | 3 anos | 4 |
| PONTUAÇÃO MÁXIMA | | 60 pontos |
| Obs.: <ul style="list-style-type: none"> O tempo de experiência será aferido através do currículo e dos respectivos atestados comprobatórios da experiência do profissional designado pela licitante. Os atestados apresentados em atendimento às exigências de Capacidade Técnica Profissional deverão ser fornecidos pela pessoa jurídica contratante do serviço objeto do atestado, não sendo admitido atestado fornecido por terceiros. O UNOPS poderá entrar em contato com o emissor do atestado para verificação da veracidade das informações apresentadas. | | |

| Pontuação: 2. Representatividade de Gênero | | |
|---|-----------------------------------|-------------------------|
| Posto profissional | Pontuação por profissional | Pontuação máxima |
| 1. Mulher ocupando a função de Coordenadora Geral do Projeto | 5 | 5 |
| 2. Mulher na composição da equipe (além da coordenação) | 2,5 | 10 |
| PONTUAÇÃO MÁXIMA | | 15 pontos |

Pontuação: 3. Metodologia e Plano de Trabalho

| Descrição da Avaliação | Pontuação máxima |
|--|------------------|
| Metodologia Consiste na apresentação, detalhamento e justificativa da abordagem técnica e metodologia de trabalho a ser empregada para entrega dos produtos objeto da presente RFP. Será avaliado se houve a adequada compreensão dos objetivos do serviço, a adequação às diretrizes e disposições do Termo de Referência, a coerência e objetividade, bem como o alinhamento a boas práticas setoriais. | 10 |
| Plano de Trabalho Consiste na descrição detalhada das etapas do serviço e atividades que se pretende realizar, e respectivos prazos de execução, respeitando-se os prazos máximos estabelecidos no Cronograma de Entrega de Produtos, apresentado neste Termo de Referência. O plano de trabalho proposto deve ser consistente com a abordagem técnica e a metodologia, demonstrando uma compreensão do termo de referência e a capacidade de traduzi-los em um plano de trabalho viável. Além da descrição textual, deverá conter tabela, planilha ou outro instrumento gráfico, que descreva detalhadamente as etapas do estudo, produtos e atividades que se pretende desenvolver com seus respectivos prazos de execução. Será avaliado se houve adequação às diretrizes e disposições do Termo de Referência, a coerência, objetividade e correlação entre as atividades, etapas e produtos, bem como o alinhamento a boas práticas setoriais. | 7,5 |
| Estrutura, Composição e Organização da Equipe Técnica Consiste no detalhamento da estrutura, composição e organização da equipe proposta, por atividade ou etapa de serviço, para atendimento à demanda do presente Termo de Referência, identificando as disciplinas de trabalho, as responsabilidades e atribuições de especialista chave, pessoal técnico e de apoio proposto. Serão avaliadas a adequação às diretrizes e disposições do Termo de Referência, a coerência e objetividade, bem como o alinhamento a boas práticas setoriais. | 7,5 |
| PONTUAÇÃO MÁXIMA | 25 pontos |
| Obs.: <ul style="list-style-type: none"> Se a pontuação total da apresentação de Metodologia e Plano de Trabalho obtiver pontuação inferior à 12,5 pontos, a proposta será desclassificada. | |

6.5 Pontuação da Proposta Financeira

A avaliação da Proposta Financeira possui caráter classificatório.

A quantidade máxima de pontos que pode obter um licitante pela Proposta Financeira é de cem (100) pontos. A quantidade máxima de pontos se atribuirá à proposta avaliada de menor valor. Os demais preços receberão pontos na proporção inversa segundo a seguinte fórmula:

$$\text{Pontos da Proposta Financeira} = \frac{[100] \times [\text{Preço da proposta de menor valor}]}{[\text{Preço da proposta em avaliação}]}$$

6.6 Pontuação Final

As Propostas Técnica e Financeira possuem pesos diferentes dentro do cálculo da Pontuação Final, conforme segue:

- Proposta Técnica: 60% do total; e
- Proposta Financeira: 40% do total.

A proposta vencedora será a que obtiver a maior Pontuação Final considerando a análise de avaliação cumulativa das Propostas Técnica e Financeira, de forma que será considerada aquela com maior adequação às necessidades do UNOPS no que diz respeito à relação qualidade-preço.

7 Pessoal do Licitante

A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese subcontratar todos os serviços objeto do contrato. A CONTRATADA somente poderá subcontratar parte dos serviços, áreas técnicas ou especialidades. A subcontratação deverá ser submetida à aprovação prévia do UNOPS.

O UNOPS, ou seu representante, a seu critério, poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe da CONTRATADA ou de suas SUBCONTRATADAS que embarce o bom andamento dos trabalhos.

Cumprirá a cada área técnica ou especialidade o desenvolvimento e responsabilidade sobre o produto específico correspondente. A responsabilidade pela elaboração e exatidão dos produtos será da CONTRATADA.

8 Acompanhamento e Fiscalização

Após assinatura do contrato será realizada uma reunião de ordem de início dos trabalhos junto à CONTRATADA a ser convocada pelo UNOPS. Deverão estar presentes, pela CONTRATADA, os responsáveis da área técnica, objeto do contrato. A reunião destina-se à apresentação do projeto e das pessoas envolvidas no desenvolvimento dos trabalhos e marca a data de início destes.

Durante o transcorrer dos trabalhos, serão realizadas reuniões semanais através de videoconferência (as quais poderão ser presenciais em casos excepcionais) entre o coordenador do projeto, os responsáveis técnicos pelos produtos específicos da CONTRATADA. O comparecimento às reuniões convocadas é obrigatório.

As reuniões visam acompanhar o andamento e analisar, definir, dirimir dúvidas, solicitar complementação de informações ou eventualmente corrigir possíveis falhas ou omissões. As reuniões serão documentadas em Atas de Reunião. Decisões e solicitações do UNOPS para a melhoria do projeto deverão ser automaticamente implementadas.

Todos os produtos entregues pela CONTRATADA deverão ter um prazo de revisão técnica do UNOPS, cabendo ao UNOPS a entrega de relatório técnico, pedido de ajuste ou aceite. Enquanto o projeto estiver sob a revisão técnica do UNOPS, o prazo dos dias corridos cessa automaticamente até a entrega do relatório técnico do UNOPS para a CONTRATADA, voltando o prazo a transcorrer normalmente.

9 Condições de Pagamento

Os pagamentos serão efetuados mediante envio de Nota Fiscal por parte da CONTRATADA e de acordo com os valores propostos no Formulário C, e definidos em contrato.

Os pagamentos dos Produtos 1 a 8, 12 e 13 serão realizados mediante entrega e aprovação final de cada um destes, pelo UNOPS ou seus parceiros, sendo o primeiro pagamento condicionado ao envio e aceite, por parte do UNOPS, dos Planos de Trabalho e os demais após a entrega final de cada um dos produtos subjacentes.

Não serão aceitas entregas parciais dos produtos, ou seja, a entrega de cada etapa deverá contemplar todos os documentos relativos ao respectivo produto.

Os pagamentos dos Produtos 9 e 10 (Assessoria ao processo de licitação) serão realizados de forma parcial, sendo que os subprodutos 9.1 e 10.1 serão pagos, cada um, em 6 parcelas mensais, mediante a entrega dos respectivos relatórios mensais e os subprodutos 9.2 e 10.2 serão pagos após realização das respectivas capacitações e entrega dos referidos relatórios.

O pagamento do Produto 11 (Assessoria jurídica) será calculado por diária de trabalho executado, e somente se solicitada a assessoria jurídica pelo UNOPS, sendo que o valor de cada diária equivalerá a 1/60 (um sessenta avos) do valor total definido para o Produto 11.

Se realizadas viagens, previamente aprovadas pelo UNOPS, o pagamento destas será realizado após a finalização da viagem, mediante apresentação de relatório de viagem e respectiva Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA e de acordo com os valores propostos no Formulário C, e definidos em contrato.

O UNOPS efetuará o pagamento das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nas medições de serviços aprovadas pelo UNOPS, obedecidas às condições e etapas do contrato e do respectivo plano de trabalho. Os serviços, mesmo que faturados pela CONTRATADA, poderão sofrer correções posteriores quando constatadas eventuais falhas não observadas anteriormente à liberação do pagamento pelo UNOPS.

10 Especificações Técnicas Gerais para Realização dos Serviços e Atividades

A CONTRATADA deverá realizar as atividades descritas neste Termo de Referência a partir de informações levantadas pela CONTRATADA. A CONTRATADA poderá solicitar informações e dados auxiliares ao UNOPS que, se disponíveis, tratará de disponibilizá-los após a assinatura do contrato.

Os PRODUTOS deverão ser disponibilizados em meio digital, em formato que seja aberto e permita edição. O material deve apresentar conteúdo e linguagem compatíveis com sua destinação, em língua portuguesa, devidamente digitado e formatado, contendo a relação de obras consultadas (referências bibliográficas) de acordo com as recomendações normativas da ABNT.

Quadros e tabelas deverão conter a fonte dos dados apresentados. No caso de tabelas e planilhas numéricas, essas deverão também ser sempre apresentadas em formato Excel ou programa similar de planilhas eletrônicas, com a memória de cálculo devidamente registrada.

Mapas e plantas deverão ser devidamente georreferenciados e apresentados em formato editável: .dgn, .dwg, .shapefile, .kml, ou similar.

Eventuais complementações que possam ser realizadas com os dados acessíveis pela CONTRATADA deverão ser executadas pela CONTRATADA.

11 Observações Finais

Quaisquer esclarecimentos complementares necessários ao bom entendimento das presentes considerações serão prestados pelo UNOPS e deverão ser feitos antes da apresentação da proposta, por meio da plataforma e-Sourcing do UNOPS ou na sessão de esclarecimento em data/horários divulgados no âmbito da solicitação da proposta. Mais detalhes poderão ser obtidos nos artigos 7 e 8 do documento Seção I - Instruções aos Licitantes.

O arquivo nomeado “DRIVE Supplier Sustainability Questionnaire_2019_Final Version_Português”, deve ser obrigatoriamente preenchido pelos licitantes e subido no sistema eSourcing em formato editável (excel). Este questionário não faz parte da avaliação técnica das empresas, apenas visa avaliar e gerenciar os possíveis riscos da cadeia de fornecedores do UNOPS, principalmente no que tange os direitos humanos, do trabalho, ética, exploração sexual e abuso e responsabilidade ambiental.

A CONTRATADA estará obrigada a esclarecer e solucionar incoerências, falhas ou eventuais omissões constatadas em seus trabalhos, mesmo após a conclusão das etapas ou encerramento do contrato e que forem julgadas pelo UNOPS como necessárias para o perfeito entendimento e andamento das licitações.

Os documentos e produtos originados a partir dessa seleção e contratação de fornecedor serão propriedade do UNOPS, exceto quando estabelecido de outro modo em contrato.

12 Calendário Previsto

Segue para fins desta contratação o *calendário de referência* para execução dos produtos a serem executados pela CONTRATADA, sendo que as referidas datas poderão sofrer alteração a depender de fatores e processos internos inerentes ao desenvolvimento do projeto.

| Produtos | Etapas do Projeto | Início previsto | Fim previsto |
|----------|------------------------------------|-----------------|--------------|
| 1 e 2 | Plano de Trabalho | mai/21 | mai/21 |
| 3 e 4 | Estudo de pré-viabilidade | mai/21 | ago/21 |
| 5 e 6 | Modelagem Jurídica e Garantias | set/21 | out/21 |
| 7 e 8 | Minutas de Documentação Editalícia | nov/21 | dez/21 |
| 9 e 10 | Assessoria à Licitação | jan/22 | set/22 |
| 11 | Consultoria | mai/21 | set/22 |
| 12 e 13 | Modelo de Gestão de Contratos | ago/22 | out/22 |

